

Edição Especial

Biênio 2014/2015 Criatividade produtiva

Como o TJSP inovou, melhorou a produtividade e valorizou magistrados e servidores, em meio à crise

Arte e cultura Quintas musicais Concursos Jornadas musicais 100% digital
Teletrabalho
Cartório do futuro
Audiência de custódia
TJ + Sustentável
Revista Justiça SP
Agenda 150 anos
EJUS
CAPS



Editorial	
Se mais não fiz	3
Economia e modernização	
Justiça 100% digital	6
Poder Judiciário paulista implanta o processo digital em todas as comarcas do Estado	
Teletrabalho no TJSP	8
Atividade implantada no serviço judiciário apresenta produtividade acima do previsto	
Justiça Ecológica	10
Inovação	
Cartório chega ao futuro	12
Reorganização de espaço e inovação na gestão de pessoas e processos	
Acesso ao juiz, após a prisão	14
Audiências de custódia favorecem a proteção do direito fundamental à liberdade	
URPD, ajuda remota e eficaz	16
Valorização do funcionário e da memória do TJSP	
A ascensão da EJUS	18
Desde sua criação a escola realizou cursos que buscam formar e aprimorar os funcionários	
Fale que eu te escuto	21
Salve o sesquicentenário	22
Arte na Corte	26
O poder transformador e inspirador da arte combate o mimetismo da atividade cartorária	
Tempo de congregação	30
A revista do TJ	31
Memória	
A saga dos Takayama	32
A eternização de momentos no TJSP por meio das lentes fotográficas	
Entrevista	
Presidente José Renato Nalini	36
Imagens	40

Se mais não fiz...

...não foi por falta de vontade. Sei fosso praticamente que um intransponível entre a intenção e a concretização. Gostaria de ter visitado todas as repartições e conversado com todos os funcionários. O asserto de que eles são o nosso maior patrimônio não é retórica. Sonho com a restauração do conceito de "família forense". pois a coesão entre idealistas só pode resultar num produto melhor. E o nosso produto é essencial. Sem justiça, não se aprimora o convívio, nem se implementa a Democracia Participativa.

Gostaria de ter implementado as Varas Ambientais, agora que já se consolidou a experiência das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente. Assim como as Varas Fundiárias, pois o tema da regularização dominial é candente. Persiste e é tensional. Posições arraigadas de todos os lados tornam esse conflito uma granada pronta a explodir.

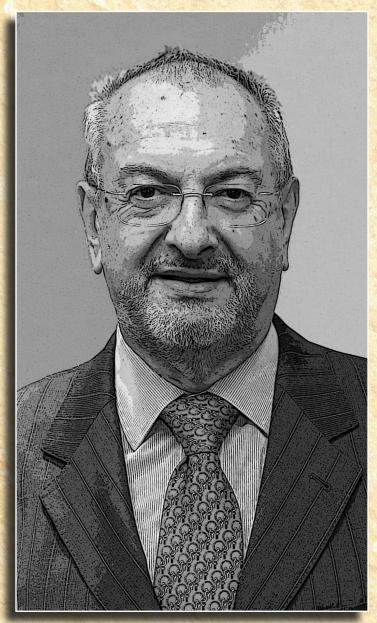
Gostaria de ter atendido às reivindicações legítimas. Administrar escassez é especializar-se em dizer "não". É doloroso indeferir, quando se sabe que o pedido é justo.

Gostaria de ter visitado todas as Comarcas e todos os municípios integrantes de cada uma delas. Principalmente aqueles que ainda não têm uma unidade judiciária em funcionamento. Assim como teria ficado feliz ao multiplicar os postos avançados, a implementação das justiças itinerantes e outras estratégias de efetivar a presença do juiz, ainda que não em tempo integral, em todas as comunidades.

Gostaria muito de ter implementado a ideia de "Casas da Justiça", que Celso Cintra Mori me apresentou e que seria uma espécie de "Poupatempo da Justiça". Assim como alavancado o projeto de reinserção do egresso em larga escala. Fórmula de fazer a sociedade refletir sobre as causas do aumento da violência praticada por crianças e adolescentes.

Teria me alegrado com a multiplicação ainda mais acelerada dos Cejuscs, Centros Judiciais de Solução de Conflitos e de Cidadania, com a adoção das práticas do Necrim, a cargo dos Delegados de Polícia e introdução do ciclo completo para a Polícia Militar, além da obtenção do envolvimento de todos os advogados para o "OAB concilia".

Frustrou-me não merecer a solução do CNJ quanto à conciliação nos serviços extrajudiciais, introduzida pelo Provimento 17/2013, que editei quando Corregedor Geral da Justiça



e que teve sua eficácia suspensa monocraticamente e não obteve colegiada durante decisão estes anos. dois Assim fico como não desalentado ao conseguir solucionar a questão dos arquivos de processos findos. Não fico em paz sabendo que o povo paga milhões feitos guarda de para a poderiam ser entregues quem interessasse. faculdades. se arquivos públicos e particulares, bibliotecas, escritórios de advocacia ou mesmo às partes. Consola-me saber que ao menos pusemos um paradeiro nessa kafkiana juntada de toneladas de papel, com a adoção do projeto "100% Digital".

Não consegui também levar a Justiça de segunda instância para as sedes das Regiões Administrativas Judiciárias, conforme pensei de início, para poupar viagens de advogados e mesmo de julgadores. Conforta-me o fato de que o processo digital permitirá a quem tiver vontade de enfrentar as questões urgentes uma decisão a qualquer hora, em qualquer lugar, desde que disponível um equipamento de informática.

O rol das frustrações poderia ser maior. Mas não é o único produto de uma gestão que terminará em dezembro, da qual levo também muitas boas lembranças. Estas ficarão para sempre em minha memória e meu coração.

JOSÉ RENATO NALINI Presidente do TJSP







Justiça 100% digital

Poder Judiciário paulista implanta o processo digital em todas as 331 comarcas do Estado de São Paulo

muitos os benefícios conquistados com a tramitação eletrônica, como a redução de custos, a rapidez no andamento feitos atender para jurisdicionado no menor prazo possível e com qualidade, e a possibilidade de consulta e prática de atos judiciais a partir de qualquer ponto de acesso à internet, 24 horas por dia, mesmo em finais de semana e feriados. Mas, tão importante quanto a celeridade, em tempos de crise hídrica e energética, é o fato de processo digital evitar o desperdício de cerca de 46 milhões de quilos de papel a cada ano no Brasil — o que corresponde a uma economia de 1,5 milhão de m³ de água, quantidade suficiente para abastecer uma cidade de 27 mil habitantes durante um ano, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Judiciário paulista deixa de gastar, em pouco mais de um ano, 547.382 quilos de papel (o que representa aproximadamente 13 mil árvores não derrubadas), além de poupar 51.728m³ de água. Estima-se que, em cinco anos, sejam poupadas 117.172 árvores – o que gerará economia de 4,7 milhões de quilos de papel – e 446.226m³ de água.

Em fevereiro deste ano, durante sessão solene de Abertura do Ano Judiciário, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Renato Nalini, anunciou o projeto "100% Digital. "Somos chamados a nos entusiasmar. Entusiasmo é um vírus capaz de contaminar os anestesiados pela inércia. O Judiciário paulista conseguirá converter-se em Justiça inteiramente digital, com resíduo analógico gradualmente superado. Vislumbra-se aceleração no trâmite, economia de espaço e de tempo", disse ele em seu discurso.

O "100% Digital" disponibilizou, no decorrer de 2015, o processo eletrônico em todas varas judiciais, juizados e centrais de conciliação existentes nas 331 comarcas do Estado. A grandiosidade do projeto implicou o treinamento de 40 mil pessoas em mais de 280 mil horas de serviços prestados pela empresa contratada – Softplan – nas 1.486 unidades do TJSP, o que abrangeu também a reciclagem dos servidores e magistrados que já trabalham com o processo digital.

As varas criminais ainda recebem, por enquanto, os inquéritos policiais em formato papel, mas, se a denúncia é aceita, o processo gerado é no formato digital.

À frente do projeto está a Comissão para Assuntos de Informática do



Tribunal de Justiça de São Paulo, composta pelo desembargador Luis Soares de Mello Neto (coordenador); pelos juízes assessores da Presidência para a área de Tecnologia da Informação Antonio Carlos Alves Braga Júnior (substituído por Tom Alexandre Brandão), Fernando Antonio Tasso e Gustavo Santini Teodoro; e pela secretária de Tecnologia da Informação (STI), Rosely Padilha de Souza Castilho. O gestor do projeto é o diretor da STI 1. Fabiano de Sousa Martins.

O "100% Digital" pode ser considerado o último passo de uma grande escalada que começou em 2006, com a inauguração do "Expressinho" do Juizado Especial Cível no Metrô São Bento. Em 2007 nasceu o primeiro foro totalmente digital do Brasil, o Nossa Senhora do Ó, na região oeste da cidade de São Paulo. Na mesma época, assim como ele, os foros





distritais instalados no Estado também receberam esse formato: Nazaré Paulista, Ouroeste, Salto de Pirapora, Arthur Nogueira, Buri e Pirangi.

A partir dessa experiência, o Judiciário se aprimorou e, em novembro de 2011, implantou o eletrônico, peticionamento passou a ser obrigatório nos processos digitais. Em 2012, o ganhou processo digital mais força com o audacioso Plano de Unificação, Modernização e Alinhamento do Judiciário, o Puma, como é chamado, utiliza sistema único de controle de processos (até então, eram 12 em funcionamento) e adotou o Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Também ampliou o número de varas digitais e alcançou 42% das unidades de primeira instância até o final de 2013. Já o segundo grau passou a operar em sua totalidade no formato digital, ou seja, qualquer seção e

câmara de julgamento está apta a receber recursos eletrônicos.

Para ter uma ideia do crescimento do processo digital, em 2007 apenas 0,34% das ações distribuídas no Estado tinham esse formato. No ano passado, o número chegou peticionamento 35,23%. 0 eletrônico também teve aumento significativo. O número de petições digitais recebidas apenas janeiro de 2015 foi de 629.643, o que é 49% maior em comparação com o mesmo período do ano passado (423.386). Em agosto deste ano, o TJSP possuía 13,36% do acervo em processos digitais.

O "100% Digital" terá continuidade no ano que vem. Será feita reciclagem em todas as unidades do Tribunal, durante o primeiro semestre. Existe fluxo de trabalho implantado para a atualização e aprimoramento do sistema, que permite ao usuário solicitar ajustes, melhorias ou criação de novos módulos. Todas as sugestões são encaminhadas para a STI e, após avaliação do ponto de vista técnico, é feito trabalho em conjunto com a Secretaria de Primeira Instância e a Corregedoria Geral da Justiça, a fim de verificar a viabilidade das alterações.

Para o desembargador Luís Soares de Mello Neto, ver cartórios sem estantes e pilhas de processos é uma questão de tempo. "O fim dos processos físicos é uma realidade inevitável e almejada por todos os que conhecem os benefícios e a rapidez do processo digital. Não importa se para acabar com o acervo serão cinco anos ou duas décadas. O importante é que o "100% Digital" traz um caminho sem volta na Justiça paulista. Haverá o dia em que processos físicos – os históricos – só estarão nos museus."

Texto: Dicler Antonio Fotos: Antonio Carreta e Internet



Teletrabalho no TJSP

Atividade implantada no TJSP apresenta produtividade acima do previsto

ogo no início de sua gestão, o presidente José Renato Nalini anunciou que buscaria novas modalidades de trabalho, para incentivar o aumento da produtividade no TJSP e abordar a questão da mobilidade urbana. Em janeiro/14, a comissão encarregada de implantar o teletrabalho, composta pelo desembargador José Roberto Coutinho de Arruda, os juízes assessores da Presidência das áreas de RH, SPI e STI, e auxiliada pela Corregedoria Geral da Justiça, iniciou as atividades.

O projeto-piloto envolveu doze cartórios, no período de fevereiro a dezembro/14. Coordenado pelas Secretarias da Primeira Instância (SPI), Tecnologia da Informação (STI) e de Planejamento de Recursos Humanos (SPRH), ele obteve grande sucesso em seus resultados – a produtividade dos funcionários aumentou, em média, 33% na elaboração de expedientes e 47% nas movimentações.

A normatização da atividade foi aprovada pela Presidência e pela

Corregedoria Geral, resultando na publicação do Provimento Conjunto nº 5/15 – DJE de 15/5/15.

Na solenidade de lançamento da modalidade, em 21 de maio, implantada inicialmente nas unidades da Capital, o presidente Nalini destacou a coragem dos envolvidos no processo, que se propuseram a enfrentar o projeto polêmico, sobre o qual muitos tinham dúvida do sucesso. "Temos de estar prontos para o novo. Aquilo que era uma utopia, passou no teste e deu certo."

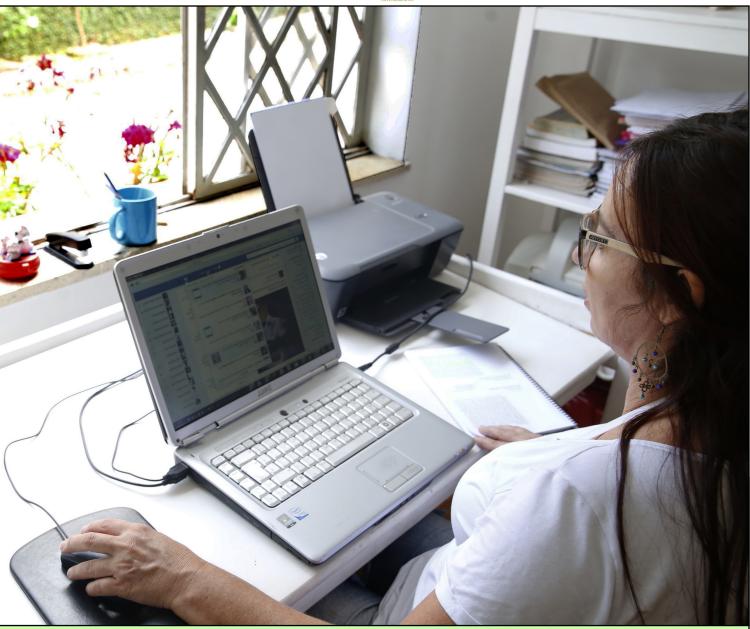
A modalidade de teletrabalho não pode ser autorizada para qualquer unidade nem para qualquer cargo. É exercida por escreventes técnicos judiciários que atuam no processo digital, em cartórios judiciais, porque apenas podem ser movimentados formato processos no digital, para evitar o deslocamento de processos físicos até as residências funcionários. evitando o perigo de perda de documentos. Não há custos para o TJSP, pois o funcionárioutiliza seu equipamento pessoal e a internet banda larga



de sua casa. A comunicação entre o computador pessoal e as bases de dados do Tribunal é feita por ferramenta própria do TJSP. Com ela, tem-se acesso ao SAJ, como se estivesse dentro do TJSP. É um link de conexão segura, pois o funcionário se conecta utilizando o seu login, senha e o seu certificado digital (sua assinatura eletrônica).

A atividade é praticada somente em um ou dois dias na semana e nunca às segundas e sextas-feiras. Deve ser respeitado o horário estipulado (janela dentro do horário de funcionamento do fórum) e, nesse período, o funcionário tem que estar online, embora o horário efetivo trabalhado seja flexível. O número de funcionários em teletrabalho não





pode exceder 20% do contingente de cada unidade. A atividade é considerada dia normal, para efeito de frequência e salário. Só não recebe, nesse dia, auxílio transporte. A pessoa deve apresentar aumento de produtividade de, no mínimo, 15%, em relação ao que faz no cartório, na forma presencial.

A autorização para atuação vigora por 12 meses e, no último trimestre, é realizada avaliação pela comissão de acompanhamento, que opina pela continuidade do teletrabalho na unidade.

Atualmente, 84 escreventes realizam teletrabalho, em 56 unidades cartorárias.

Em outubro deste ano foi publicado o manual do gestor, produzido pela SPI. São orientações básicas para que o gestor de cada unidade faça a verificação de produtividade, pois, até então, esse levantamento era feito pela SPI.

Com a implantação do processo digital em todo o Estado, as possibilidades de expansão do teletrabalho são enormes. Todos trabalham com processo digital, na parte de cumprimento dos processos, em tese, podem fazer teletrabalho. "Esse será o futuro do Tribunal", acredita o secretário da SPI, Pedro Cristovão Pinto. "No futuro, a posição dos postos de trabalho dos funcionários será diferente da atual, pois o processo digital é acessível em todas unidades do TJSP. as

Poderemos ter diferentes formatos, para atender às necessidades específicas de cada região."

Para a juíza Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva, a questão essencial que justificou a implantação do teletrabalho foi o aumento da produtividade. "Aliado a isso, vivenciamos uma grande transformação na forma de execução das atividades por conta do processo digital. Hoje é possível efetuar tarefas a distância. O teletrabalho é um incremento que valoriza a primeira instância, atende ao interesse público com ganhos de produtividade e melhora a qualidade de vida do funcionário."

Texto: Dicler Antonio Foto: Antonio Carreta

S A P

Justiça ecológica

+ Sustentável

envolve ompetição que 12 prédios do Judiciário, batizada de projeto **TJ** + Sustentável, tem por objetivo o incentivo ao consumo consciente de recursos naturais e de bens públicos. O projeto é produto do Núcleo de Sustentabilidade, criado pela Presidência, cujo objetivo é propagar informações para aumentar a conscientização do jurisdicionado sobre o tema.

Foi criado, no inicio da atual gestão da Presidência, Comitê de Sustentabilidade. Após normatização do Conselho Nacional de Justica CNJ, sobre o tema para todo o país, o comitê se transformou no Núcleo Socioambiental. Segundo o juiz assessor da Presidência e integrante do Núcleo, Mário Sérgio Leite, o trabalho envolve todas Secretarias do TJSP. com ações e metas para incentivo ao consumo sustentável. "Por exemplo: privilegiar a compra de suprimentos menos poluentes, planejar a coleta seletiva de lixo e o descarte de produtos, incentivar atitudes que reduzam o consumo de água e energia elétrica etc. O objetivo não econômico, principal é mas ecológico", disse.

O 'TJ + Sustentável', iniciado em maio deste ano, teve por meta reduzir o uso de água, energia, telefonia e copos descartáveis. Em dezembro, o vencedor , Fórum da Comarca de Jaú, foi premiado com o "Selo Verde" e recebeu cinco bicicletas – doadas por entidade parceira –, para sorteio entre os funcionários.

Para tornar a competição mais divertida, foi desenvolvido um jogo pela internet: cada edifício participante tem uma árvore 10 | Justica SP virtual, que fica mais seca ou mais frondosa de acordo com a economia alcançada. Os dados de consumo são inseridos na plataforma do jogo pelos administradores dos prédios e todos podem acompanhar o desempenho das unidades e a classificação geral.

O site do projeto (www.tjsp.jus.br/tjsustentavel) conta com dicas de consumo consciente. Participam da competição os Fóruns João Mendes Júnior, Ministro Mário Guimarães e Hely Lopes Meirelles (Capital – 1ª RAJ); Doutor Daniel Saraiva (Lins – 2ª RAJ); Doutor Antonio Hermógenes Altenfelder Silva (Jaú – 3ª RAJ); Desembargador Paulo Colombo Pereira de Queiroz (Rio Claro – 4ª RAJ); Desembargador Francisco de Souza Nogueira (Presidente Prudente – 5ª RAJ); Fórum João Alves Meira Junior (Ribeirão Preto



 - 6ª RAJ); Desembargador Mário de Almeida Pires (Guarujá – 7ª RAJ); Desembargador Dimas Rodrigues de Almeida (São José do Rio Preto - 8ª RAJ); Desembargador Joaquim Cândido de Azevedo Marques (São José dos Campos – 9ª RAJ) e Desembargador Benedicto Jorge Farah (Capão Bonito –10ª RAJ).

> Texto: Dicler Antonio Foto: Ricardo Lou



Juiz Mário Sergio Leite no evento de lançamento do projeto TJ + Sustentável, após palestra ministrada por Ricardo Voltolini (diretor-presidente da consultoria 'Ideia Sustentável'). "O objetivo do 'TJ + Sustentável' é plantar a semente da sustentabilidade na família forense", disse Leite





Cartório chega ao futuro

Reorganização de espaço físico, inovação na gestão de pessoas e de processos de trabalho – é a Unidade de Processamento Judicial (UPJ)

Unidade de primeira Processamento **Judicial** (UPJ) do Brasil, batizada de Cartório do Futuro, foi inaugurada em 17/11/14. Sua criação atende à meta de priorização da 1ª instância e à necessidade de modernizar a estrutura organização das unidades judiciais. Ela atende os cartórios da 41ª a 45ª varas cíveis centrais de São Paulo, localizadas no Fórum João Mendes Júnior. O novo modelo, além de unificar os cartórios dessas unidades, adota nova divisão das tarefas para melhorar a distribuição dos recursos humanos e do espaço físico.

Para a implantação da UPJ, houve completa remodelação do 14º andar do Fórum João Mendes Jr. Os espaços ocupados por cartórios foram reunidos em um só ambiente, com estrutura anexa para atendimento ao público. As salas são climatizadas, bem iluminadas, com piso elevado, acabamento e mobiliário novos. Há uma sala para cada um dos dez magistrados e uma segunda para a equipe do gabinete, com escreventes, um assistente judiciário e estagiários - que se dedicam a estudos, pesquisas e elaboração de minutas, e permitem ao juiz realizar com mais rapidez e eficiência sua tarefa de decidir. salas de audiências separadas do gabinete do juiz

e foram reduzidas a quatro. A utilização é compartilhada, com uso de agenda eletrônica que permite conciliação de pautas. Partes e testemunhas são recebidas uma confortável sala espera. Com a mudanca, a vara praticamente triplicou sua estrutura gabinete, uma sala de apoio а sala de audiência reduziu (compartilhada), е utilização do espaço em 20%.

O modelo está dividido em quatro secões: Processamento, Movimentação (controle prazos), Atendimento ao Público Administrativa, ligada essa diretamente ao juiz corregedor permanente. As vantagens do redesenho dos fluxos trabalho são a especialização das atividades, padronização procedimentos e redução de erros.

Para informações ou providências relativas aos processos das cinco varas, o advogado ou jurisdicionado tem apenas um local a se dirigir: a Seção de Atendimento. Trata-se de um espaço reservado, preparado para receber o público e distante do local onde trabalham os funcionários que cuidam do andamento dos processos, para não atrapalhar a concentração.

A unidade centralizada começou suas atividades com 18 mil processos. Atualmente, de acordo com dados extraídos do sistema MOVJUD, o acervo é de 32.404 processos.



Entre novembro/14 e agosto/15, foram realizadas 211 audiências. Desde sua implantação, a UPJ está se aperfeiçoando. Foram modificados métodos de trabalho e novos funcionários foram designados, visando a melhor prestação da tutela jurisdicional.

A solenidade de inauguração contou com as presenças do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Enrique Ricardo Lewandowski; do presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini; do vice-presidente desembargador Eros Piceli e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Hamilton Elliot Akel.

Na ocasião, o juiz assessor e chefe do Gabinete Civil da Presidência, Afonso de Barros Faro Júnior, fez uma breve apresentação sobre a implementação, funcionamento e benefícios da UPJ. "O Cartório do Futuro não é apenas a aglutinação de cinco ofícios ou uma mudança de salas. É algo muito maior.





o TJSP), Deborah Ciocci (conselheira do CNJ), Eloisa de Sousa Arruda ça e Defesa da Cidadania), Ricardo Lewansowski (presidente do STF e o Nalini (presidente do TJSP) e Hamilton Elliot Akel (corregedor-geral a de São Paulo) na solenidade de inauguração do Cartório do Futuro

Trata-se de uma nova gestão de pessoas, de processos de trabalho, de espaço físico, de acervo e melhor aproveitamento dos recursos orçamentários", afirmou.

Ocorregedor-geral, desembargador Elliot Akel, destacou o projeto como um ponto crucial para a valorização da primeira instância. "Atualmente o segundo grau está bem estruturado. O primeiro, no entanto, ainda adota uma antiquada e superada estrutura de trabalho. Com o novo modelo, o juiz também terá em seu gabinete uma equipe para realização de estudos, de pesquisas e de minutas, que permitirão a ele realizar com mais dedicação, rapidez e eficiência sua tarefa de decidir."

O ministro Ricardo Lewandowski destacou o número assustador de processos em andamento no Brasil. Em sua opinião, são três as soluções para a explosão de litigiosidade: "A informatização, levada a passos largos pelo TJSP; o uso de meios alternativos de

solução de conflitos, também bastante difundidos em São Paulo; e a valorização da primeira instância. Por isso, parabenizo o TJSP por esse

avanço, que certamente levará a uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz".

Na ocasião, o presidente do TJSP agradeceu a todos que colaboraram para que a UPJ fosse uma realidade. Também ressaltou que o Tribunal de São Paulo está em consonância com as metas do CNJ, especialmente a valorização de servidores e magistrados, que, para ele, são o maior patrimônio da Justiça.

Baseado na primeira experiência, foi possível replicar o modelo no Foro Regional de Santo Amaro, implantando-se mais duas unidades totalmente digitais: uma centraliza o trabalho de seis varas cíveis e, a outra, de cinco varas de Família.

Recentemente (novembro), foi implantada a UPJ II, também no

Fórum João Mendes Jr. A nova unidade, que compreende os cartórios da 26ª a 30ª varas cíveis centrais, no 10° andar do fórum, começa suas atividades com 33.585 processos.

no Fórum João Mendes Jr.

Unidade de Processamento Judicial (UPJ)

Na solenidade de inauguração, o presidente José Renato Nalini, aproveitou a oportunidade para agradecer o empenho de todos que colaboraram para criação implantação desse novo modelo de trabalho. "Vivemos momentos difíceis, mas com projetos como 'Cartório do Futuro', este, do sinalizamos que mesmo na crise estamos unidos, pensando com criatividade, ousadia e esforço", disse.

Texto: Dicler Antonio Fotos: Antonio Carreta e Ricardo Lou



Acesso ao juiz, após a prisão

Audiências de custódia favorecem a proteção do direito fundamental à liberdade

Audiência projeto de Custódia, de iniciativa do Conselho Nacional de Justica (CNJ), implantado pelo TJSP em parceria com o CNJ e o Ministério da Justiça, constitui-se de estrutura multidisciplinar para apresentação de presos em flagrante ao juiz, no prazo de até 24 horas após a prisão, quando o magistrado analisa o cabimento e a necessidade da prisão e decide pela sua manutenção, substituição por medida cautelar ou relaxamento. **Participam** projeto Secretarias de Segurança Pública e de Administração Penitenciária, Ministério Público, Polícias Civil e Militar e Defensoria Pública.

O Fórum Criminal da Barra Funda, escolhido para a implantação do projeto-piloto, conta com seis salas para as audiências; cinco salas destinadas ao Instituto Médico Legal para a realização de exames de corpo de delito; uma para o cartório do Departamento de Inquéritos Policias (Dipo); e uma destinada à Secretaria de Administração Penitenciária.

Ali, são recepcionados os autos de prisão em flagrante de

todas as seccionais de delegacias da Capital paulista, inclusive os acusados de homicídios, oriundos do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP). As audiências ocorrem no horário de expediente normal de funcionamento do fórum.

Antes de sua implantação, a Escola Paulista da Magistratura (EPM) realizou curso de capacitação em que se debateram os aspectos práticos e operacionais do projeto. As palestras foram ministradas no Fórum Criminal da Barra Funda pela juíza assessora da Corregedoria Geral da Justiça Marcia Helena Bosch e pelo juiz coordenador do Departamento de Inquéritos Policiais da Capital (Dipo), Antonio Maria Patiño Zors, com participação do também juiz assessor da CGJ Jayme Garcia dos Santos Júnior, coordenador do curso.

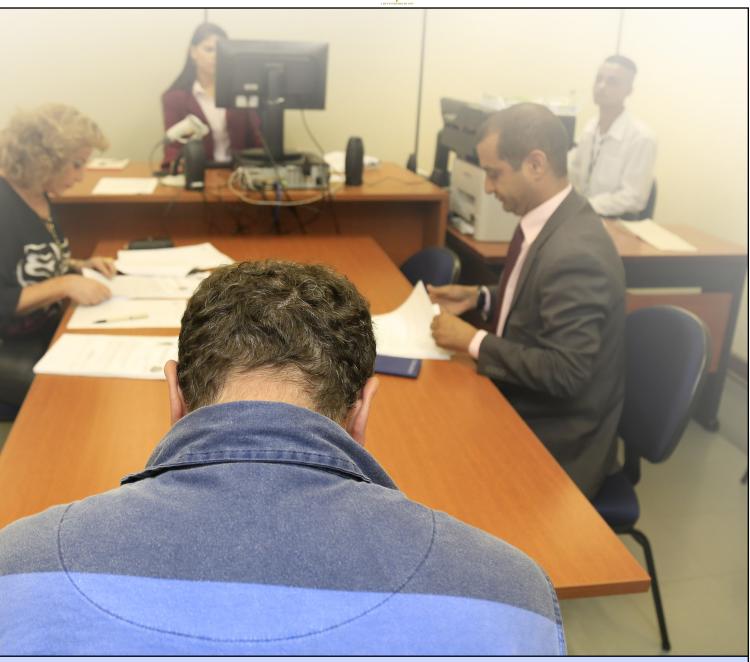
Desde o início do projeto, em 24/2 deste ano, até o dia 29/9, foram realizadas 9.532 audiências de custódia. Desse total, 5.384 presos tiveram a prisão convertida em preventiva e 4.148 foram libertados (liberdade condicional ou relaxamento da prisão).



Segundo o presidente do TJSP, José Renato Nalini, "A liberdade é o primeiro direito fundamental. Quando um homem de bem, que não cometeu nenhum delito, é privado da liberdade, sofre uma mácula indelével". Para Nalini, o principal objetivo da iniciativa é colocar em prática o que determina a Constituição de 1988 e o Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. "Reconhecemos, humildemente, que o sistema carcerário é um mal, porém necessário. Contudo, muita gente não deve ingressar no sistema."

O secretário de Segurança Pública, Alexandre de Moraes, declarou que,





apesar do volume de processos que possui, o Judiciário paulista mostra que é possível inovar. "É inovação na garantia de direitos, na otimização e rapidez. É importante frisar que o juiz não mudou a forma com que sempre julgou estas questões. A mudança é que a análise se dá no início do processo e não no final", afirma.

Ainda não há previsão para a expansão das audiências de custódia para o interior. A implantação da nova rotina depende, além de modificações nos fóruns, de ajustes dos outros entes envolvidos no processo, como as Delegacias de Polícia e a Central de Alternativas Penais e de Inclusão

Social (CEAPIS), entre outros.

Marcia Helena Bosch diz que o objetivo da audiência de custódia não é esvaziar cadeias ou defender bandidos. "O que se busca é legitimar a prisão provisória, que deve ser exceção e não regra. Elas garantem o exercício de um direito fundamental e fortalecem todas as Instituições envolvidas."

Antonio Maria Patiño Zors comenta a polêmica gerada na mídia e entre o jurisdicionado, após a implantação do projeto, no mês de março: "A polêmica é necessária para que todos que integram o sistema de Justiça amadureçam os entendimentos e verifiquem que estamos tratando da

proteção ao direito de uma garantia fundamental. Pode-se argumentar sobre a forma como foi feito e sobre regulamentação de procedimentos, mas essas são situações periféricas. O ponto principal não se discute, seja, é imprescindível a garantia fundamental à liberdade dos cidadãos." E acrescenta: "Qualquer mudança é traumática, mas a expectativa é positiva. Vejo nos magistrados e funcionários do Dipo, nos promotores e defensores, e em todos que cercam esse projeto, um forte engajamento para o seu sucesso."

> Texto: Dicler Antonio Foto: Ricardo Lou





ajuda remota e eficaz

primeira Unidade Remota Processamento Digital (URPD) de São Paulo está funcionamento no Fórum João Mendes Júnior, na Capital. Composta por 30 servidores organizados grupos em trabalho (apoio remoto), ela auxilia a distância as unidades instância judiciais de primeira do Estado, exclusivamente no tratamento dos processos digitais, com o propósito de aprimorar e agilizar a prestação jurisdicional.

Idealizada pela Presidência do TJSP e pela Corregedoria Geral da Justiça, em razão do avanço do Projeto 100% Digital e da realidade do processo eletrônico, ela trabalha para evitar o congestionamento de processos digitais.

Sob responsabilidade da Corregedoria, os funcionários atuam nas unidades indicadas, por períodos pré-determinados. Depois de dezembro, todas as unidades judiciais do Estado só recebem processos digitais e não entra mais processo físico no Judiciário paulista.

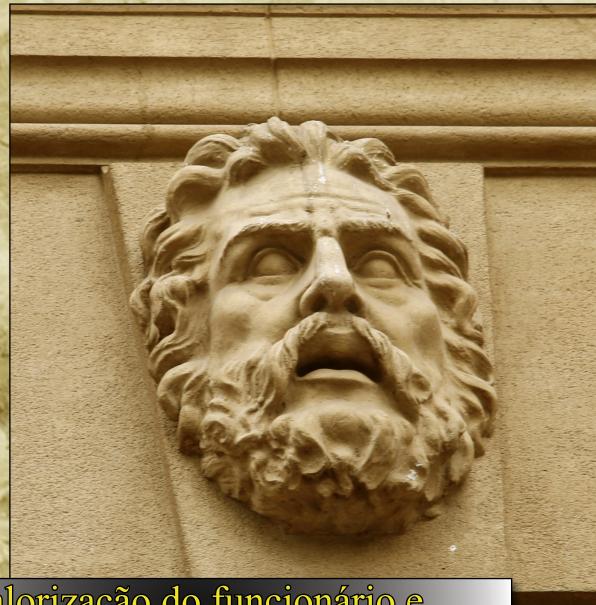
Na solenidade de inauguração, em outubro, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Hamilton Elliot Akel, afirmou que o TJSP tem excelentes magistrados e funcionários, mas muitas vezes faltam recursos materiais humanos. "A Corregedoria tem ajudado, mas agora poderemos fazer isso com maior amplitude е eficiência е sem deslocamentos, graças processo digital", disse.

O presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini, declarou que "vivemos uma policrise – econômica, política, moral, hídrica etc – e por isso é importante mostrarmos que a Justiça está trabalhando para se ajustar aos novos tempos."

Para a juíza assessora da Presidência. Maria de **Fátima** Pereira da Costa e Silva, cumprimento dos processos funcionários cargo de treinados е especializados realizado com maior rapidez e quantidade de menor erros, podendo servir de grande valia para desafogar, nos feitos unidades digitais, as judiciais sobrecarregadas." O juiz Rubens Hideo Arai, assessor da Corregedoria, disse aue processo digital implica uma mudança paradigma. "O futuro anuncia que teremos grandes centros para cumprimentos de processos. A URPD é mais um passo para uma nova forma de gestão do TJSP."

Texto: Dicler Antonio





Valorização do funcionário e da memória do TJSP



A ascensão da EJUS

Desde sua criação, em março de 2014, a Escola Judicial dos Servidores (EJUS) realizou 43 cursos, 61 palestras, seminários e outros eventos que buscam formar e aprimorar a atuação dos funcionários, além de valorizar e melhorar a qualidade de vida

8.277 escreventes técnicos judiciários, 5.102 oficiais **de** Justiça, 3.740 agentes administrativos judiciários. Essa é estatística dos três cargos estáveis mais numerosos ocupados no TJSP, de um total de 43.248 servidores da administração direta, conforme levantamento realizado em agosto de 2015.

Por trás desses números bastante expressivos, há um exército de profissionais, com anseios e embaraços, que a administração da Justiça paulista tem buscado auxiliar com mais empenho após a instituição da Escola Judicial dos Servidores (EJUS) – www.tjsp.jus.br/ejus.

Criada na atual gestão com a missão de fortalecimento do papel institucional do servidor, mediante aquisição compartilhada de conhecimento técnico, resgate da autoestima e formação de nova consciência profissional, a EJUS foi implantada pela Presidência por meio da Portaria nº 8.965/14. Seu principal desafio é capacitar os servidores com cursos de formação inicial e continuada, que conduzam ao aperfeiçoamento servidores e valorização dos serviços cartorários.

A maioria dos cursos

da **EJUS** ministrada por integrantes do próprio quadro magistrados servidores TJSP, presencialmente a distância, para todo o Estado. Até setembro, а **EJUS** 74.972 certificações em participações cursos е palestras (13.794 presenciais e 61.178 a distância).

Sediada na Capital, no prédio da Escola Paulista da Magistratura, na Rua da Consolação (EPM), a EJUS é dirigida pelo desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha (também diretor da EPM), e conta com Conselho Técnico formado por magistrados e servidores.

As atividades da Escola acontecem na sede, nos prédios de gabinetes de desembargadores, nos fóruns João Mendes e Barra Funda e nos núcleos regionais da EJUS, localizados nas Regiões Administrativas (RAJs).

Realizações

Um dos cursos da EJUS, de destacada relevância, foi o de Gestão Administrativa, ministrado no período de fevereiro a outubro deste ano para 650 servidores de ofícios judiciais. Outro curso fundamental é o de Reciclagem do Treinamento do Sistema SAJ – Processo Digital,



realizado em todos os foros regionais da capital e nas RAJs, com o apoio da STI, SPI e SPRH.

Também foram realizados cursos para psicólogos e assistentes sociais do TJSP – alguns em parceria com a EPM e Coordenadoria da Infância e da Juventude – que versam sobre temas como drogadição, atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, família e instituições de acolhimento, dentre outros. Foram promovidos também cursos sobre Justica Restaurativa, Gestão de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e preparação para a aposentadoria, além do Projeto Transformando Vidas.

Aprimoramento de escreventes

Os desafios cotidianos da movimentação processual, aliados às frequentes alterações normativas, podem gerar defasagem no conhecimento técnico necessário à condução do trabalho, razão





pela qual existe a perene demanda pela atualização de informação por parte dos escreventes.

promoveu, EJUS nesse sentido, cursos básicos de Direito abertos a todos os servidores. Foram realizados módulos Direito Civil e Processual Civil, Processual Penal Penal. Administrativo e Constitucional. servidores ministrados por apoiados por juízes. Em breve, haverá a segunda edição do curso.

Elaine Cristina Araújo Pinheiro, chefe de seção judiciário Dicoge 1.2. testemunhou excelência da iniciativa e destacou importância da continuidade dos cursos: "o Curso de Direito Civil superou minhas expectativas, porque me ajudou muito na atualização sobre a matéria, com conteúdo informativo extenso, muito apresentado. bem excelente material didático".

Em junho deste ano, a EJUS iniciou o "Curso de Capacitação Técnica para

Ingresso de Novos Escreventes", com o apoio da SPRH e SPI. Realizado na sede da Escola, em sala aparelhada com 40 computadores integrados ao sistema SAJ, o curso é de três dias. A programação abrange a apresentação da estrutura do TJSP, capacitação para utilização de sistema informatizado SAJ/PG5, bem como rotinas cartorárias e aplicação das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O valor da experiência para os oficiais de Justiça

Com todos os riscos inerentes à profissão, por ser a expressão mais visível do braço da Justiça em regiões e comunidades muitas vezes assoladas pela violência, são os oficiais de Justiça que executam os atos contidos nos instrumentos processuais, para além do fórum judicial.

Os servidores desse contingente tiveram a oportunidade de participar do curso "A atividade de oficial de Justiça", realizado na sede da EJUS, com 507 inscritos, quando se discutiu a extensão e os limites do exercício dos poderes administrativos, segurança, aspectos polêmicos e vicissitudes do trabalho, entre outros temas. Está em andamento a segunda edição do curso, exclusivamente a distância.

Eduardo Cerveira Quintas, oficial do Foro Regional VIII -Tatuapé, lembrou que o curso atende a uma antiga reivindicação da classe. "Ficou claro que o caminho do conhecimento essencial no desenvolvimento de uma nova etapa na vida do Judiciário paulista. Ao aperfeiçoar conhecimento dos oficiais Justiça, indispensáveis cumprimento das sentenças, teremos uma Justiça mais ágil e eficaz. Achamos o caminho. trabalhar Agora, vamos para aperfeiçoamento, passando a experiência aos mais jovens".





Transformação dos agentes administrativos

Ao longo das últimas décadas, servidores do quadro de agentes administrativos, em razão vocação profissional, sua já vinham sendo aproveitados em funções de escreventes. Para reconhecimento desse exercício profissional e contrapartida de remuneração adequada, o Órgão Especial do TJSP aprovou projeto e o governo do Estado promulgou lei que transformou os cargos e as funções de agente administrativo judiciário em cargos de escrevente técnico judiciário, desde que pelo servidores optassem reenquadramento e comprovassem atender os requisitos previstos.

Em função da lei, foi realizado pela EJUS curso de capacitação para transformação do cargo. Inicialmente programado para 300 agentes, foi ampliado para 2.774 participantes.

"As aulas significaram muito para mim. Eu que já trabalhava na sala de audiência, agora sou, oficialmente, escrevente de sala", testemunhou com orgulho Andréia Aparecida Domingos, do 1º Ofício Cível de Itaquera.

EJUS no Interior

Para possibilitar a disseminação de cursos para todo o Estado, a EJUS passou a contar, a partir de março deste ano, com núcleos regionais em todas as RAJs. A coordenação é feita por servidores responsáveis pelos eventos em cada região, sob a supervisão dos juízes coordenadores dos núcleos regionais da EPM. O Núcleo de Ribeirão Preto foi o primeiro a ser inaugurado, com a realização do curso "Panorama Geral do Novo CPC".

Antes da criação dos núcleos regionais, a EJUS já havia realizado, em fevereiro deste ano, seu primeiro presencial no Interior. curso "Reciclagem do Treinamento do Sistema SAJ - Processo Digital", ministrado em Sorocaba posteriormente, em abril, iniciou o "Curso de Educação Financeira". Esses cursos foram estendidos para funcionários de todas as RAJs. A EJUS também promove cursos no Interior, em conjunto com a EPM e com outras coordenadorias do TJSP.

Perspectivas

Os objetivos anunciados no início da gestão foram plenamente alcançados eaté superados em muitos aspectos, graças ao entusiasmo e à participação coletiva. Em geral, os funcionários classificaram os eventos como excelentes e desejaram que se perpetuas em, reafirmando a importância da capacitação dos servidores e da melhoria da

qualidade dos serviços prestados pelo TJSP. Elogiaram igualmente os instrutores pela cordialidade, excelente didática, profundo conhecimento técnico dos temas abordados, pontualidade e condução dos eventos.

Fernando Maia da Cunha comentou a perspectiva de crescimento da EJUS, não como um horizonte utópico da administração da Justiça, mas como metas tangíveis pela motivação e vontade concreta de todos os participantes.

"A EJUS era um desejo antigo dos servidores e a responsabilidade de dirigi-la nesse seu momento inicial era extremamente preocupante. Visitei todos núcleos regionais e conversei com servidores sobre o projeto. Ao lado de todo o trabalho desenvolvido, com o apoio e o estímulo do Conselho Técnico, tivemos a melhor ajuda que poderíamos esperar: a espontânea vibrante participação dos servidores. O sucesso hoje se revela pelos números grandiosos dos seus cursos e o futuro se mostra promissor pela compreensão de todos no sentido de que a melhoria dos serviços judiciários passa obrigatoriamente aprimoramento e pela capacitação dos servidores".

Texto e Fotos: Erorci Santana





om a missão de estabelecer canal efetivo e prático de comunicação direta e parceria entre a Presidência e seus juízes assessores com os servidores do TJSP. a Coordenadoria de Apoio aos Servidores do Tribunal de Justica de São Paulo (CAPS), vinculada diretamente ao gabinete da Presidência, tira dúvidas sobre pedidos de transferência, auxilia nas solicitações de instalação de equipamentos em prédios da Capital e do Interior, responde questões referentes ao setor de Recursos Humanos e infraestrutura predial. Recebe sugestões e, principalmente, reclamações sobre assédio moral no ambiente de trabalho.

A apuração prévia de eventual cometimento de assédio moral tramita em absoluto sigilo. As partes ouvidas não têm conhecimento dos demais envolvidos. São realizadas oitivas de caráter informal com o objetivo de conciliação. "Tentamos aparar as arestas e fazer com que o ambiente funcional torne-se mais saudável e proveitoso para todos", diz Patrícia Pucci, supervisora da equipe. O desembargador Antônio Carlos Malheiros está à frente das oitivas realizadas na CAPS. Caso não se obtenha uma solução consensual, a questão é encaminhada para a Comissão Processante Permanente (CPP), para o juiz corregedor da vara onde se apura o fato ou para a Corregedoria Geral da Justiça, a fim de que se formalize o procedimento administrativo. Até o mês outubro/15, foram autuados 110

expedientes de assédio moral no CAPs, desde sua criação, dos quais 27 foram enviados à Corregedoria e apenas um foi enviado à CPP.

O 'Canal Direto Com o Presidente' é administrado pela Coordenadoria, mas é o presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini, que responde, uma a uma, todas encaminhadas. perguntas No período 2014/15, até o dia 21/10/15. foram respondidas 13.711 mensagens por esse canal de comunicação. Os funcionários também entram em contato com o CAPs por meio de comparecimento no local, contato telefônico e e-mail. No total, nesse mesmo período, foram atendidos 23.138 questionamentos, com auxílio de todas as Secretarias do TJSP.

importante acão Presidência, motivada pelo grande volume de reclamações recebidas, foi a mudança no instituto de remoção de funcionários. Recebiamse, diariamente, reclamações de descontentes servidores com relação a pedidos de transferências que eram barrados pelos seus superiores. Com a modificação isso se resolveu, pois agora a transferência independe concordância do superior.

Outra grande ação motivada pela reclamação dos servidores foi a transformação de agentes em escreventes judiciários.

O setor auxilia, ainda, em conjunto com a Escola Judicial dos Servidores (EJUS), no planejamento e organização de todas as palestras realizadas pela Presidência. No biênio, até o dia 21 de outubro, houve 42.492 inscrições de servidores.

Faz parte da CAPS o Grupo de Apoio aos Gabinetes de Trabalho dos Desembargadores e Juízes Substitutos de Segundo Grau (Grugade), criado pela Portaria nº 9.050/2014 a fim de suprir os afastamentos de servidores em razão de licença saúde ou licença com funcionários aestante substitutos. Atualmente, a equipe conta com 10 servidores.

A CAPs possui dois funcionários na Fundação da Fraternidade Judiciária – fundação sem fins lucrativos vinculada ao TJSP, mantida pelos magistrados, que oferece orientação jurídica, financeira e psicológica aos servidores.

Patrícia Pucci diz que a equipe executa seu trabalho com enorme satisfação: "Nosso contato é direto com os funcionários, o que faz com que eles se sintam mais seguros em nos procurar. É muito gratificante trabalhar aqui, pois conseguimos ajudar os servidores que nos procuram e, assim, temos a certeza do dever cumprido."

A CAPS está instalada na sala 1310, no 13° andar do Fórum João Mendes Júnior. O atendimento ocorre das 9 às 19 horas; por meio dos telefones (11) 2171-6438 e 2171-6456; pelos e-mails caps@tjsp.jus.br e caps1@tjsp.jus.br ou pelo 'Canal Direto com o Presidente', no ícone disponível na intranet do Tribunal.

Texto: Dicler Antonio Foto: Internet

Salve of Sesquare of Sesquare

le será comemorado somente em 2024, mas a agenda de atividades foi inaugurada nesta gestão, tendo em vista a importância do resgate da memória histórica, componente indispensável para o aperfeiçoamento das instituições.

Para articular as múltiplas iniciativas a serem programadas, foi instituído o Programa Agenda 150 anos de Memória Histórica Tribunal Bandeirante. do Idealizado pelo presidente do Tribunal de Justica, desembargador José Renato Nalini, e coordenado desembargador Ricardo Henry Marques Dip, o programa é protagonizado pelos órgãos de direção e envolve o Museu, a Biblioteca, o Cerimonial e a Diretoria de Comunicação Social.

Outros projetos já existentes foram aglutinados à agenda, como o "Memória Oral da Corregedoria". Entre os principais conjuntos de eventos realizados até o momento, destacam-se as homenagens a grandes representantes da Corte, realizadas no Palácio da Justiça, e o "Dia do Patrono" que homenageia personalidades que nomeiam as edificações pertencentes ao TJSP. Os dois projetos privilegiam o papel pedagógico derivado da recordação da trajetória daqueles que ajudaram construir o Poder Judiciário e da dimensão do exemplo pessoal como elemento inspirador às presentes e futuras gerações.

Nas atividades do "Dia do Patrono", se inserem produção de

textos literários ou acadêmicos, visitas quiadas de estudantes, realização de palestras e o resgate e ampla divulgação, por meio eletrônico, dos dados biográficos do patrono. Em conjunto com as comarcas, o museu atua na digitalização de fotos e a biblioteca na elaboração dos currículos dos desembargadores homenageados. Porém, há muitos patronos que não são desembargadores, nem mesmo juízes. Nesses casos, o trabalho é árduo. Entrevista-se descendentes e pesquisa-se em obras literárias, citações e matérias jornalísticas. Fotos antigas receberam tratamento e são digitalizadas.

Evento importante inserido no Dia do Patrono foi a inauguração do Memorial Helly Lopes Meirelles. É um núcleo de exposição permanente, com fotos e objetos do homenageado e que segue a mesma linha do Núcleo de Exposição Permanente do Fórum de Pitangueiras, que já existia, mas que recebeu espaço exclusivo para o patrono do fórum, desembargador Walter Xavier Homrich.

Contudo, os eventos que chamam mais atenção e público são as homenagens a grandes nomes no Judiciário paulista, que ocorrem no Palácio. O projeto superou os objetivos, pois gerou







grande banco de dados doados por familiares dos homenageados (fotos, documentos, áudio, vídeo e conteúdo bibliográfico), depositado na biblioteca e na Diretoria de Comunicação Social do TJSP. Logo na primeira homenagem, que comtemplou a professora Esther de Figueiredo Ferraz, o museu recebeu documento histórico em que consta a alteração da data de nascimento da homenageada e processos em que ela atuou.

Segundo a coordenadora de Relações Públicas da Diretoria de Relações Institucionais da Secretaria da Presidência, Maria do Carmo Palmeira da Silva Pereira, as famílias, ao receberem a notícia da homenagem, ficam muito felizes, pois não esperam a lembrança por parte do Tribunal, principalmente quando o homenageado já faleceu há muitos anos.

Recentemente, em 18 de novembro, foi apresentado o "Livro Digital da Biblioteca". A publicação, que futuramente será disponibilizada para consulta pública, reúne dados biográficos e fotografia de todos os desembargadores ou ministros (como eram chamados no passado) da Corte, desde sua instalação até os integrantes atuais.

O desembargador Ricardo Henry Marques Dip, que está à frente

Diretoria da de Gestão do Conhecimento Judiciário do TJSP (DGJud) e que coordenou a publicação, explicou que o livro é uma das atividades da "Agenda 150 anos. Segundo Dip, a agenda é um programa ambicioso. "É um trabalho importante, não apenas para a memória daqueles que passaram pelo TJSP, mas para tomarmos consciência da nossa história e nos prepararmos para o futuro", disse. Na cerimônia, o presidente Nalini disse que "o nosso passado, do qual nós nos orgulhamos, nos inspira a continuar".

Texto: Dicler Antonio Fotos: Antonio Carreta e Gedeão Dias



Ministros, desembargadores, juízes, advogados e professores foram homenageados no Programa Agenda 150 anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante. Até o dia 27 de novembro, 84 luminares do Judiciário paulista foram lembrados, em 78 eventos, para um público total estimado de mais de 6 mil pessoas. Confira a lista.

Esther de Figueiredo Ferraz, Vicente de Carvalho, Valentim Alves da Silva, Alexandre Corrêa, Heráclides Batalha De Camargo, Gentil do Carmo Pinto, Antonio Carlos Marzagão Barbuto, Ítalo Galli, Alvaro Lazzarini, Júlio Prestes, Mário Hoeppner Dutra, Humberto de Andrade Junqueira, Young Da Costa Manso, José Geraldo Barreto Fonseca, Geraldo Amaral Arruda, Antonio Joaquim de Oliveira, Aniceto Lopes Aliende, Francisco Thomaz de Carvalho Filho, Antonio Carlos Alves Braga, Fernando Euler Bueno, Acácio Rebouças, Julio Ignacio Bomfim Pontes, Sylvio do Amaral, Lauro Malheiros, Theodomiro Dias, Luiz Ambra, Renato de Salles Abreu, Alfredo Fanucchi Neto, Nelson Pinheiro Franco, Bruno Affonso de Andre, Adalberto José Queiroz Telles de Camargo Aranha, Benedicto Jorge Farah, Joaquim Rebouças de Carvalho Sobrinho, Romeu Coltro, Márcio Martins Ferreira, José

Fraga Teixeira de Carvalho, Renato Tôrres de Carvalho Filho, Laudo Ferreira de Camargo, Cid Norberto Vieira de Souza, Sebastião Carlos Garcia, Dagoberto Salles Cunha Camargo, Dagoberto Salles Cunha Camargo Júnior, Paulo Lúcio Nogueira, Mário Guimarães, Dirceu de Mello, Sebastião de Vasconcellos Leme, Pedro de Alcântara da Silva Leme, Marcos Nogueira Garcez, Thrasybulo Pinheiro de Albuquerque, Darcy de Arruda Miranda, Nelson Galvão de França, Heli de Quadros, José Machado de Assis Moura, José Mário Antonio Cardinale, Descio Mendes Pereira, Edgard de Moura Bittencourt, Roque Komatsu, Francis Selwin Davis, Joaquim de Sylos Cintra, Hélio Quaglia Barbosa, Aloisio Alvares Cruz, Afonso de Barros Faro, Sydney Sanches, Joaquim de Paula Ribeiro, Célio de Mello Almada, Ruy de Mello Almada, Clineu de Mello Almada, Hélio de Quadros Arruda, José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini, Manoel Pedro Pimentel, Volney Corrêa Leite de Moraes Júnior, Onei Raphael Pinheiro Oricchio, Luiz Corrêa Fragoso, Heitor José Reali, Odyr José Pinto Porto, Sérgio Marcos de Moraes Pitombo, Luiz Gonzaga de Arruda Campos, André Andreucci, Sérgio Alexandre Carrato, Wilson Ninno, Manoel Thomaz Carvalhal, Adriano Marrey, Manoel Mendes de Almeida Franca, Octavio Roberto Cruz Stucchi e Cícero de Toledo Piza.



O "Dia do Patrono" foi comemorado, até 19 de novembro em oito fóruns da Capital e 122 do Interior e Litoral. São eles:

Forum Hely Lopes Meirelles, Penha, Funda. Itaquera, Senhora do Ó, Ipiranga, Lapa e Butantã, na Capital; Jaú, Batatais, Simão, Dois Córregos, Piratininga, Angatuba, Mauá, Piracicaba, Itajobi, Paulo de Faria, Adamantina, Cafelândia, Colina, Salgado, Votorantim, General Assis, Nova Odessa, Nova Granada, Cabreúva, São Roque, Piedade, Taubaté, Artur Nogueira, Dracena, Monte Azul Paulista, Aguaí, Ipuã, Itu, Caieiras, Guararapes, Registro, Indaiatuba. São Sebastião da Grama, Espírito Santo do Pinhal, Catanduva, Vargem Grande do Sul, São Luiz de Paraitinga, Rosana, Penápolis, São Miguel de Arcanjo, Capão Bonito, Taquaritinga, Araras, Nuporanga, Ribeirão Bonito, Cunha, São Sebastião, Cardoso, Pontal, Amparo, São Vicente, Potirendaba, Salesópolis, Piquete, Capivari, Ferraz de Vasconcelos, Pedreira, Tambaú, Vargem Grande Paulista, Bertioga, Patrocínio Paulista, Aparecida, Juquiá, Osvaldo Cruz, Tatuí, Cerquilho, Santa Cruz das Palmeiras, Cruzeiro, Vinhedo, Santa Rosa de Viterbo, São Bernardo do Campo, Candido Mota, Presidente

Epitácio, Garça, Valinhos, Guarulhos, Tietê, Arujá, Itapeva, Presidente Prudente, São Carlos, Brodowski, Franco da Rocha, Mococa, Jaguariúna, Palestina, Águas de Lindóia, Sertãozinho, Pitangueiras, Matão, Lucélia, Altinópolis, Orlândia. Borborema. Miracatu. Mairiporã, Peruíbe, Iquape, Sorocaba, Jundiaí, Guaratinguetá, Roseira, Jacupiranga, Jaboticabal, Nhandeara, Tupã, Itarapina, São José do Rio Pardo, Lençóis Paulista, Pindamonhangaba, José Bonifácio, Pariquera-Açu, Salto, Santos, Itaporanga, Campo Limpo Paulista, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, São José do Rio Preto. Três Fronteiras, Bastos e Cacapava.





O poder transformador e inspirador da arte combate o mimetismo da atividade cartorária e o penoso convívio com o lado obscuro da natureza humana, por vezes presente nos tribunais

urante muitos anos, a ideia de aproveitar os magníficos espaços do Palácio da Justiça para apresentações artísticas germinou e cresceu. Pianistas, bailarinas e outros artistas se apresentaram no Salão dos Passos Perdidos, sempre em visitas esporádicas, quase sempre em eventos natalinos, mas não inseridas em um projeto contínuo.

Finalmente, por iniciativa da atual gestão da Presidência do TJSP, um grande projeto ganhou forma e fôlego para humanizar o Judiciário e valorizar seus funcionários, voltado à cultura: o projeto **Arte e Cultura no TJ**.

espetáculos ganharam agenda no âmbito do Judiciário. Magistrados servidores absorveram hábito conviver e usufruir da Cultura, nas suas mais variadas formas, nos prédios do TJSP. E não só grandes apresentações de artistas renomados no Palácio da Justiça, mas também manifestações artísticas culturais foram e abarcadas nos fóruns do Interior.

A atual gestão do TJSP reconhece na cultura muitos benefícios aos servidores e magistrados. A arte provoca um desvio nos sentidos e aguça a sensibilidade, provocando emoções e reflexões. Ela retira a pessoa do lugar comum e apresenta outras opções de escolha, outros ângulos de observação da realidade. Isso reflete, positivamente, no trabalho do funcionário, melhorando sua produtividade.

A semente foi plantada e germinou rapidamente. A capilarização do







projeto pelo Interior e o crescente interesse de artistas em se apresentarem no Palácio da Justiça, mesmo sem remuneração, é a prova. Os espetáculos são gratuitos, sem custos para o TJSP. Para todos, mostrar sua arte no Poder Judiciário é sinal de prestígio e reconhecimento, configurando-se em momento importante da carreira.

O envolvimento dos funcionários é muito grande. Muitos participaram de apresentações, inclusive magistrados. Outros tantos indicaram artistas para o projeto. Iniciaram-se intercâmbios de apresentações entre os fóruns do Interior, gerando bonito movimento de integração. Até 22 de outubro, aconteceram 170 espetáculos do projeto Arte e Cultura somente no Interior, e outros 21 em Fóruns Regionais da Capital.

No projeto, apresentaram-se tanto artistas renomados como quase desconhecidos, abrangendo os mais variados estilos, da arte erudita à popular, em todas as formas de expressão.

Segundo a coordenadora do projeto, Arianna Mônica Giulia Ceres França, a principal dificuldade, tanto nas apresentações no Palácio da Justiça como nos fóruns do Interior, é adequar os espetáculos em espaços que não têm a estrutura de um teatro. Por outro lado, ela afirma que o Palácio da Justiça é um dos melhores espaços culturais da região central de São Paulo. "A acústica do local é ótima, segundo vários maestros que já se apresentaram ali," disse.



Até 22 de outubro. aconteceram 170 apresentações do projeto "Arte e Cultura no TJ" no Interior, e outras 21 em Fóruns Regionais da Capital.





O Coral dos Funcionários do TJSP, anteriormente ligado à SAS, passou a fazer parte do Arte e Cultura na atual gestão. A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participa da parceria que possibilitou a repaginação do coral. Já os professores, instrumentos e todo o material de apoio são da Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp). O Tribunal oferece o espaço para ensaio e apresentações. Atualmente, são 40 integrantes. O coral estimula o bom ambiente de trabalho e também contribui para a boa imagem institucional do TJSP. Muitas de suas apresentações ocorrem no período natalino.

O Projeto Arte e Cultura no TJ também proporciona aos funcionários do Tribunal acesso à agenda cultural regular da cidade, por intermédio de sorteio de ingressos gratuitos. Neste ano, houve sorteio para 16 espetáculos.

Texto: Dicler Antonio Fotos: Antonio Carreta, Ricardo Lou, Daniel Gaiciner, Gedeão Dias e acervo comarcas do Interior

Apresentações do projeto Arte e Cultura no Palácio da Justica. em 2014:

Coral Jovem Cênico Mackenzie, Orquestra de Câmara Adec – Academia Desenvolvimento Educacional e Cultural, Orquestra de Metais Lyra Tatuí, Contorno, Gomes, Vinícius Cardoso, Finotto, Andrea Noqueira, Ricardo Coral OAB/CAASP, Osvaldo Madrigal Fantin. Aldo Aquilar, Grupo Brasil, Grupo Hot Jazz Claudya, Clube, Speaking Jazz Big Camerata Band, Grupo de Choro do Adriana Hye Kim, Gilzane Conservatório de Vieira. Milena. Boroni, **Traditional** Band, Bandolim Elétrico, Metropolitana Coral Santa Marcelina, Paulo, Rosie, Marlene **Orquestra** Bachiana

São Caetano, Coral Cesp e Orquestra de Violeiros Terra da Uva.

Apresentações do projeto Arte e Cultura no Palácio da Justiça, em 2015, até 22 de outubro:

Companhia Fasitango, Camerata de Violões do Rafael Conservatório de Tatuí, Coral Paulistano Mario de Grupo XIX de Teatro, Sueli Andrade, Wilson Noqueira, Noqueira, Amazonas, Ferreira Pinto Jr., Abel Rafael Sakamoto, Gabriela Scaglione Prates, Coro Luther King, Trio, Arthur Cahali, Pedro Jean William, Coral da Chorus Cidade de São Paulo, Ciça Marinho, Paulistana, Tatuí, Castellan, Davide Rocca, Leonardo Costa e Muari Wania Rodrigues, Osmar Silvia Santos, Ballet Paraisópolis, Jazz Coral da Guarda Civil de São Gabriela Araújo, Akel, Grupo The Gipsy Forever, Paulistana Grupo Sarali Gitana, José de Viola Caipira, João Carlos Gonçalves Xavier Carlos Martins, Orquestra de Aguino, Lula Barbosa, Filarmônica Michel Friedenson, Marcos Sesi, Orquestra Jovem de Rei e Letícia Tomazella.





sempre se pretendeu que o piano doado ao Museu do TJSP pelo ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador José Roberto Bedran, fosse utilizado de forma mais prática do que decorar o ambiente do Palacete Conde de Sarzedas.

Quando foi instituído o projeto Arte e Cultura no TJ, a ideia de entreter os visitantes do local com apresentações ao piano se concretizou, graças a criação do projeto Quintas Musicais. Na primeira quinta-feira de cada mês, e com custo zero, artistas convidados que fazem parte da comunidade jurídica (salvo raras exceções), apresentam espetáculos com duração aproximada de 30 minutos, aproveitando o período de almoço dos funcionários do TJ que trabalham nos prédios do centro da Capital.

As apresentações ocorrem em pequeno espaço, para um público cativo, mas não de grande número, e costumam ser descontraídas, com interação da plateia. "Devido a seu sucesso, o projeto anda hoje com as próprias pernas, pois muitos artistas têm se candidatado para se apresentarem no Quintas Musicais. Além do piano, músicos de outros instrumentos têm se apresentado, além de cantores, poetas e até atores", afirma Bruno Bettine de Almeida, supervisor do museu. "O principal objetivo do projeto, que é atrair público para o museu, foi alcançado. Muitas visitas monitoradas ocorrem em virtude do evento. O fluxo de magistrados e servidores no museu nunca foi tão grande," conclui Bruno.

Jornadas Musicais



Jornadas Musicais é um projeto idealizado pelo desembargador Sidney Romano dos Reis, inserido no "Arte e Cultura no TJ". Em cada evento, o magistrado reparte com a plateia um pouco do seu conhecimento sobre música ao esclarecer e comentar apresentações de grandes obras eruditas e populares, exibidas em vídeo.

Inicialmente, o projeto era realizado somente no prédio do Gade MMDC, depois, passou a acontecer também no Salão do Júri do Palácio da Justiça. A frequência cresce a cada evento. Houve uma apresentação especial no Fórum de São Miguel Paulista, que atraiu grande plateia. Por essa razão, o projeto deverá ser levado a outros fóruns regionais da Capital.



Tempo de congregação

O Tribunal de Justiça, para tornar concreto o compromisso com a população de estreitar o acesso e a comunicação com o Judiciário paulista e ampliar um espaço afetivo e de convivência com o público interno e externo, implementou vários **concursos culturais** ao longo do biênio. Magistrados, servidores e jurisdicionados participaram de competições que envolveram talento artístico e familiaridade com novas tecnologias, enfatizando o momento singular de modernização, transformação e adaptação à sociedade da informação, que constitue a marca do início do século XXI.



Concurso Cultural de Fotografia do TJSP para o Instagram



Concurso Cultural de Avatares do TJSP



Concurso de Trovas

TJSP

Concurso Cultural de Trovas do TJSP

Prêmio de Literatura para Juízes



Microcontos do Dia das Mães - para o Twitter



Para ampliar a transparência da gestão, afinar a comunicação entre o Judiciário paulista e a sociedade civil e divulgar as ações e projetos do Tribunal de Justiça foi criada a revista eletrônica do TJSP Justiça SP.

A revista, de periodicidade trimestral, produzida pela Diretoria de Comunicação Social, vinculada à Presidência, está disponível para leitura na primeira página do site do Tribunal, em link do menu da aba "Cidadão."

A primeira edição abordou o teletrabalho, na época denominado home office, em sua matéria de reportagem explicou Α como o sistema é aplicado em empresas privadas e como estava o andamento do projeto-piloto no TJSP. O presidente José Renato Nalini escreveu o editorial e destacou que a publicação é mais uma iniciativa para intensificar transparência os espaços de interlocução entre o Poder Judiciário sociedade, conclamou todos а para colaborarem: "Contribuam para seu aperfeiçoamento, contínuo pois a revista espelhará, sem dúvida alguma, as metas desta nova gestão."

A partir de setembro/14, Justiça SP ficou disponível em nova visualização, inserida na página do Tribunal de Justica no Issuu ferramenta que transforma publicações impressas em formato digital. Os comandos para leitura são simples: para abrir a revista, basta clicar na capa e, para folheála, nas setas laterais. Com mais um clique, o conteúdo é ampliado e, ao movimentar o mouse, o leitor consegue passear pelos textos e fotos. Há, ainda, outros recursos disponíveis na barra inferior direita, como busca por palavras, índice de páginas e compartilhamento de matérias nas redes sociais (esse último, disponível apenas para as pessoas cadastradas na ferramenta). A revista também disponível leitura para em smartphones, por meio do aplicativo Issuu para celulares.

Nas seis primeiras edições, o leitor viu muita coisa. Conheceu as inovações do 'Cartório do Futuro', da 'Audiência de Custódia' e do projeto '100% Digital'. Informou-se sobre o depoimento especial para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, a atuação da Vice-Presidência, a redução no acervo de processos na 2ª Instância, a iniciativa da Escola Paulista da Magistratura – EPM e da Escola Judicial dos

EJUS Servidores em levar cursos e eventos para o Interior do Estado e a Coordenadoria de Gestão Documental, que garante preservação de documentos históricos. Ficou sabendo o que pensam e querem os juízes aprovados no 184º Concurso de Ingresso na Magistratura e quais os simbolismos existentes por trás da toga, a veste talar dos magistrados. Também apreciou ensaios fotográficos sobre a beleza do Palácio da Justiça, patrimônio do povo de São Paulo, como os vitrais, mostrados na primeira edição. Esses são apenas alguns exemplos de tudo que a revista já abordou.

Alguns números interessantes: 183.400 pessoas visualizaram e 37.160 pessoas leram as seis primeiras edições, até o momento (dados até 19/11/15). O tempo médio que uma pessoa permanece lendo a revista, a cada acesso, é de 5 minutos. 238 artigos foram compartilhados em redes sociais. forma de leitura preferida é em desktops: 88% - 7% leem em celulares e 5% em tablets. A revista foi lida em mais de países. Entre eles: Portugal, Alemanha, Itália, Turquia, Canadá, Argentina e China.

Texto: Dicler Antonio



Takayama

Por meio das lentes fotográficas, a eternização de momentos no TJSP

fotografar arte de não depende somente de um click. Há um olhar que busca algo que não se vê, para registrar um momento para a eternidade. A fotografia leva à reflexão, mata a saudade, recorda e transmite conhecimento às futuras gerações. É um tipo de comunicação silenciosa que nos possibilita viajar por meio da imagem. Conhecer o encantamento que essa arte causa é a melhor forma de também conhecer um pouco a saga dos Takayama: Seiro **Takayama**, fotógrafo que fez história no Tribunal de Justiça de São Paulo de 1964 até 1988, quando aposentou a máquina profissionalmente - mas que, à beira do seu centenário, ainda fotografa na instituição em que mora, Ikoi-no-Sono, em Guarulhos. E seu filho Haruo Takayama, o "seo

Mário fotógrafo", como é conhecido no Tribunal, que deu continuidade ao trabalho do pai e clica sua câmera em eventos no TJ até os dias atuais.

A história da fotografia no Brasil surgiu com o imperador D. Pedro II, que, aos 14 anos de idade, segundo alguns pesquisadores, tornou-se o primeiro fotógrafo brasileiro. Em 1839, o jornal Diário do Commercio, do Rio de Janeiro, noticiou a invenção daguerreotipo aparelho capaz de fixar imagens captadas em placas de cobre cobertas com sais de prata, criado pelo francês Louis Jacques Mandé Daguerre. No ano seguinte, o equipamento fora apresentado a D. Pedro II pelo abade Louis Comple, capelão de um navioescola francês. Dois meses depois, a invenção já estava sendo usada em solo brasileiro. D. Pedro II promoveu

a implantação da arte fotográfica e difundiu a nova técnica por todo o país. As imagens captadas por ele eram, principalmente, de paisagens e pessoas. Considerado oficialmente o primeiro daguerreotipista brasileiro, ele nos deixou o maior e mais diversificado acervo particular de fotografia oitocentista.

A história dos Takayama no Brasil se iniciou com a partida da família do Porto de Yokohama, em viagem de 45 dias a bordo do navio Rio de Janeiro-Maru, até a chegada ao Porto de Santos, em janeiro de 1935. Seiro, com 17 anos, estava no final de sua adolescência. Foram para a região de Pereira Barreto, onde seu pai já havia comprado alguns alqueires de terra. A família iria se dedicar à lavoura e Seiro também à fotografia.

3 DE FEVEREIRO DE 1924

Cerca de seis meses após chegarem no Brasil, o patriarca adoeceu, vítima de malária debilitante. Seiro assumiu a responsabilidade da casa. Vendeu as roupas que trouxe do Japão para garantir a sobrevivência. No final de junho, foi inaugurada na região a ponte sobre o Rio Tietê, evento que contou com a presença de autoridades locais e do governo paulista. O corte da fita inaugural foi registrado pela câmera de Seiro, utilizando tripé, em cima de um caminhão. Ali, a fotografia deixou de ser apenas uma paixão para se tornar fonte de sustento para o jovem.

O amor pela fotografia surgiu no coração de Seiro no início da adolescência. Nascido no Japão em setembro de 1918, filho de Suekiti e Kikuse, cursou o ginásio e também estudou "Shodo" e judô. Até hoje, Seiro escreve seu diário em japonês e dele foi extraído boa parte dessa história dos Takayama.

Pelo relato de Seiro, conseguese perceber a transformação da fotografia, além daquilo que todos conhecem, até a tecnologia digital. Era um mundo fotográfico bem diferente do atual. Ele lembra que brincava com fotos aos 13 e 14 anos. "Eu era muito curioso. Não sei se pedi à minha mãe ou se juntei alguns trocados, e comprei uma câmera fotográfica que os jovens admiravam, a câmera Togo, que mais parecia um brinquedo. O negativo ficava dentro de uma pequena caixa preta feita de papelão, que era colocada na câmera e, ao puxar o papel da caixa, apertavase o botão de disparo para tirar a foto. A revelação se fazia à noite, embaixo da escrivaninha. Colocavase 'acova' - um líquido vermelho para a revelação e um líquido azul para fixar. O negativo era colocado por alguns minutos no líquido para revelação, depois colocavase o líquido fixador e lavava-se em água corrente. O negativo e o papel sensível eram colocados na moldura 'toriwaku' depois e em luz, alguns expostos por minutos, tendo debaixo o papel fotográfico. Em seguida, o papel era colocado no líquido para revelação e



outro para fixação. Ao ver a imagem estampada, parecia um brinquedo, eu me divertia com isso.", conta.

Seiro estudou por dois anos em um ginásio do comércio e teve que parar por falta de condições financeiras. Aos 15 anos, foi trabalhar na 'Alfaiataria Ito' na condição de aprendiz de confecção de roupas. Aprendeu a costurar paletós, calças e camisas. Não havia descanso nem aos sábados e domingos, exceto três dias no verão e três dias no começo do ano. Pediu demissão para estudar fotografia. Seu pai não gostava que ele gastasse dinheiro com o material, mas quando resolveu vir para o Brasil, faltando um mês para o embarque, achou que a fotografia poderia ser útil, em caso de extrema necessidade, e disse "se Seiro gosta tanto de fotografia, poderia estudar

um pouco". Colocou o garoto para ser aprendiz no estúdio fotográfico de um conhecido dele, Mikasa Shashinkan.

"Comprei do dono do estúdio uma câmera 12 x 16,5 feita de madeira e um tripé. A lente era Kongo, uma F6.3. Tinha um tecido preto e vermelho por dentro, para cobrir a Câmera. Não era fácil fotografar. O trabalho do profissional era feito na 'raca', o resultado era conhecido somente na escuridão do laboratório. Naguela câmera, ajustava-se o foco e apertava-se o disparo, que era uma bola de borracha, chamado de 'sorunton'. À noite, usava-se o flash de magnésio que, ao puxar um cordão, saía fogo como de um isqueiro e acendia o magnésio, que provocava o clarão. A quantidade de magnésio se ajustava, dependendo da distância. Ao apertar uma bola

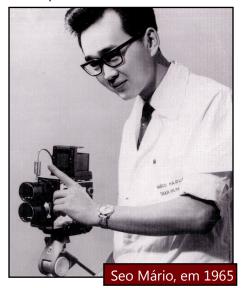




de borracha, a lente se abria e neste instante tinha de se fazer o flash de magnésio. Uma placa de esposa." Aqui, abre-se um parêntesis na história: antes de imigrar, Seiro ficou noivo de Yokie, mas ela

> estava acometida de tracoma, uma doença inflamatória dos olhos, e não podia viajar para o Brasil. Ficou a promessa de buscá-la e, decorridos três anos, ele realmente cumpriu. Seguindo orientações de seu pai, aproveitou a ida ao Japão e estudou fotografia em Tóquio, em escola renomada na formação profissionais. de conhecimento Seiro adquirido na alfaiataria o ajudou época. Sem nessa condições financeiras para comprar tecido, sua mãe desmanchou um kimono e ele costurou o paletó que para viajar. Fez também uma camisa. Sua vida como

fotógrafo na região de Pereira Barreto não era fácil. Saía a pé pelas estradas e matas para retratar pessoas que moravam em sítios vizinhos. Anos depois, comprou uma Harley Davidson e quatro anos depois um carro Ford de "segunda" mão". Aos poucos, contudo, o serviço aumentava e, duas vezes por ano, vinha à capital Paulista comprar material fotográfico, época em que aproveitava para visitar o Foto Kojima, no Largo do Tesouro. Vendo o dono trabalhar com tantos clientes. Ihe deu vontade de deixar Pereira Barreto e se mudar para São Paulo. O semblante triste do pai, quando Seiro contou sua decisão, nunca mais foi esquecido. Em 1948, abriu a loja na Avenida Ipiranga -"Foto Takayama" – mas, por falta de clientes, teve que fechar três meses depois. Ficou desiludido e pensou em ir para outra cidade do interior,



Londrina ou Maringá, mas seus pais e Yokie lhe disseram que já que estava em São Paulo, não deveria desistir



vidro era usada como negativo e colocada na câmera. Tinha que ter muita habilidade e prática. Para a revelação do negativo, havia muitas espécies de líquido. Aprendi com líquido 'pairo' e tinha que se revelar foto por foto."

"Foi me ensinado também como melhorar a qualidade das fotografias de rosto. Apontava-se bem o lápis, deixando o grafite comprido, e retocava-se o negativo. Era uma técnica muito difícil. Os negativos antigos não eram tão bons, espinhas e rugas apareciam mais fortemente, e por isso, tinha que se retocar todas as fotos de rosto. Saber usar essa técnica era o que diferenciava o melhor do pior fotógrafo. No Japão, em apenas um mês, o proprietário do estúdio Mikasa havia me ensinado as técnicas de retoque e eu treinei tirando fotos de amigos e de meus irmãos. Eu não sabia que essa técnica salvaria nossa família, tornandose nossa sobrevivência e, graças a ela, três anos depois, pude buscar Yokie, aquela que se tornaria minha







facilmente. Na época, morava na Rua Tabatinguera, na casa de conhecidos, que lhe ofereceram um quarto para que fizesse um estúdio. O negócio começou a fluir muito bem, mas, três meses depois, teve que sair do local porque o proprietário vendeu a casa. Seiro alugou imóvel na Av. Liberdade e, em 1954, comprou um espaço no Largo Sete de Setembro

e montou estúdio e loja, onde dispunha de vitrines com retratos. A demanda crescia: casamentos, formaturas e festas em geral. Teve que montar uma equipe.

Takayama e o TJSP

Em 1964, Seiro começou a cobrir eventos no Tribunal de Justiça, fazendo fotos magistrados. de fotografias eram tiradas em tamanho maior que o normal, 50 x 60. Tribunal não possuía fotógrafo e todos os registros de momentos solenes eram feitos, de forma particular, por Seiro. Seu trabalho ultrapassou o Tribunal e ele começou a ser contratado para fotografar comemorações das famílias de integrantes do Judiciário.

década de 80, ministrou cursos regulares, contratado pela Fuji, para incontáveis aprendizes de todo o Brasil, e também recebeu prêmios por sua atuação. Aposentou-se profissionalmente em 1988 e deixou seu filho Haruo (Mário) dando prosseguimento no negócio.

"Seo Mário" entrou no mundo da fotografia meio que "na marra", segundo ele, quando tinha 10 anos de idade. Sua paixão era, na verdade, o judô, mas seu pai fez questão de lhe ensinar a retocar, revelar, enfim, todos os segredos da fotografia. Quando jovem, "Seo Mário" o ajudava a fotografar, inclusive no Tribunal. Depois que Seiro adoeceu, abraçou provisoriamente os compromissos do pai e, em 1988, os assumiu de vez.

Se O leitor comparecer certos eventos do Tribunal, como desembargadores, posse de poderá presenciar o "Seo Mário" trabalhando. E saberá que sua família soma cerca de 50 anos registrando momentos magistrados dentro do Tribunal ou fora dele. São incontáveis fotos. Os Takayama fotografaram várias gerações da família forense e ainda contribuem para a história do Tribunal de Justica de São Paulo, o maior Tribunal do mundo em número de processos, magistrados e servidores. Eles têm muita história para contar. E para fotografar.

> Texto: Liene Vicente Fotos: Acervo família Takayama, Gedeão Dias e Internet





Entrevista

José Renato Nalini

o próximo dia 31, o senhor deixa a Presidência do Tribunal de Justiça. Como quer ser lembrado pelos seus pares e pela sociedade paulista?

Como um juiz que pretendeu conscientizar a sociedade de que a verdadeira reforma do Judiciário, profunda e estrutural, não se fez. E de que o excesso de judicialização não é saúde, não é termômetro democrático, assim como querem muitos, mas é verdadeira patologia. É preciso despertar a população para ser cidadã, protagonista sua existência е tutelada pelo Estado-babá, que deve cuidar de tudo e prover a direitos. anseios, todos vontades e vícios. A exuberância de direitos deve dar lugar a um reconhecimento de que há deveres, obrigações e responsabilidades.

Tudo o que imaginou realizar à frente do TJSP foi alcançado? Como foram os percalços nestes dois anos de mandato?

Não. Entre o sonho e a realidade há um fosso aparentemente intransponível. Muitos projetos deixaram de ser executados. O TJSP tornou-se um gigante e para este equipamento de insuperáveis dimensões, todo o orçamento se torna insuficiente. Além disso, a cultura jurídica resiste a inovações, critica ousadias, prefere trilhar o mesmo caminho percorrido há séculos e tem imensa dificuldade de acertar o passo com a contemporaneidade.

Dentre tantos projetos inovadores, lançados em sua gestão, qual é a "menina dos olhos", aquele de que mais se orgulha?

Por incrível que pareça, a instituição do "Dia do Patrono", consequência à denominação a quase 100 fóruns que não tinham ainda nome, a celebração da memória dos magistrados que fizeram a História do Judiciário bandeirante, o regate da memória homenagens quase diárias no último semestre, tudo conciliado com o "Arte e Cultura no Tribunal", que trouxe sensibilidade e humanismo aos nossos austeros espaços. Mas me orgulho também do "Cartório do Futuro", na verdade um "Cartório do Presente", a Unidade Remota de Processamento Dados, o teletrabalho, a



audiência de custódia, o GAORP, a vulnerabilidade dos edifícios forenses, que gerou para o TJSP o Prêmio "Mario Covas", o que nunca antes acontecera em nosso Tribunal.

Em recente entrevista, o senhor declarou que um dos principais fatores para a enorme carga de processos no Judiciário é a falta de capacidade que o povo





apresenta para resolver seus próprios problemas. Apontou que isso se reverte com educação. Portanto, levando em conta que educar um povo leva tempo, quais respostas o Judiciário pode apresentar à sociedade, para tentar equacionar a questão da lentidão, mal que obstrui o desenvolvimento do país, a segurança jurídica e a paz social?

O juiz brasileiro, queira ou não,

é um profissional docente. Ele educa. A cada decisão, despacho, sentença, acórdão, ele sinaliza qual deve ser o direito observável pela sociedade. Por isso é que o Judiciário, se quiser atuar como transformador da sociedade e não um institucionalizador de problemas ao replicar a multiplicação de processos, pode e deve conscientizar a sociedade de que litigar nem sempre é a solução.

Conciliar, sim, é mais produtivo, mais eficiente e mais ético. Sim, o aspecto ético é muito importante. Ao participar da discussão com vistas a obter o acordo possível, a parte se inteira da verdade do adverso. Pode até chegar a compreendê-la e reformular o seu ressentimento. Se chegarem a um ajuste, este provirá da vontade de ambos os envolvidos, uma solução "autônoma", enquanto a sentença



é uma solução "heterônoma": a vontade expressa pelo Estado-juiz.

Qual papel o TJSP poderá desempenhar no aperfeiçoamento da prestação de serviços do Judiciário? O senhor é a favor de ideias como a descentralização do Tribunal, a participação do extrajudicial no escopo de tarefas do TJ ou a expansão de unidades remotas de processamento digital?

Tudo isso e muito mais. Investir em gestão. Reformular o guadro funcional para que não mais exista desvio de função. A informatização é irreversível. **Precisaremos** de analistas. engenheiros informática e eletrônica, em formuladores de softwares. gestores peritos em administração, mais profissionais de TICs Tecnologias de Informação Comunicação. O mais importante conscientizar o funcionário do Judiciário de que ele é um elemento importantíssimo estrutura do sistema Justiça. Um funcionário entusiasmado fará milagres, independentemente de remuneração - que é, sim, muito importante - e de condições de trabalho que não sejam as ideais. O trabalho à distância torna secundária a urgência em congregar todos os julgadores de Segunda Instância num só espaço. Não é racional formar grandes concentrações hoje, até por motivo de segurança. Cada qual pode trabalhar muito mais em casa ou onde quiser, em lugar de uma presença física nem sempre necessária e até causadora de queda da produtividade.O extrajudicial já está desempenhando inúmeras tarefas e eu passaria tudo o que é jurisdição voluntária para essa Α estratégia categoria. mais inteligente do constituinte de 1988 foi justamente delegar serviço estatal para o particular exercê-lo em caráter privado. Pois o Estado não coloca um tostão nas serventias. Ao contrário, leva delas boa percentagem, sem nada investir.

O Judiciário, dentre os três Poderes da República, é o mais conservador? Por exemplo: há menos e mulheres e negros nas Cortes brasileiras, se comparado aos outros Poderes. Por que isso se dá? Seria devido a uma concepção ultrapassada advinda das faculdades Direito ou ao reflexo do preconceito camuflado, mas ainda vigente nas altas esferas da sociedade brasileira?

A cultura jurídica brasileira é muito conservadora. Poder-se-ia dizer até anacrônica e superada. Há uma explicação. Ao importar em 1827 o modelo coimbrão, com vistas à formação de uma burocracia brasílica para o Império Nascente, D.Pedro I adotou aquilo que conhecia. Só que o ensino de Coimbra repetia modelos de mil anos. A Faculdade de Direito de Bolonha existe desde o ano oitocentos, embora a Universidade de Bolonha seja do ano 1200. De lá para cá - de 1827, data de instalação dos cursos jurídicos no Brasil - só verificou 0 milagre da se multiplicação das **Faculdades** Direito. Todas de com \circ mesmo modelo de aulas compartimentadas, prelecionais, indicando como alternativa única para a solução de conflitos o processo judicial. Já o advogado do futuro deveria ser um arquiteto solucionador de conflitos, não um produtor de lides, quantas delas temerárias. Há um longo caminho a ser percorrido.

Ética e Filosofia são assuntos que calam fundo a Vossa Excelência, como se pode ver em sua produção literária. Qual análise o senhor faz sobre a evolução da ética no cerne da Magistratura brasileira, desde o início de sua carreira em 1970 (auge da ditadura militar), até os dias de hoje?

Ética é ciência do do comportamento moral homem na sociedade. Ética existe independentemente de regime. Para as pessoas de bem, seu ensino e aprendizado seria desnecessário. O problema é que os que necessitam de ética não gostam de assistir palestras aulas com essa disciplina. que comparecem já são éticos. Prega-se para "convertidos". A Ética e o direito são áreas do pensamento muito próximas íntimas. Ética existe desde antes de Aristóteles, reside na Constituição da República, nos Códigos e nas normas editadas pelos entes correcionais. Desde 2007, há um Código de Ética Magistratura Brasileira, editado pelo CNJ, que apenas magistrados exorta OS observá-lo, mas não prevê sanções ante sua inobservância.

Pode-se fazer um contraponto entre a evolução da ética na Magistratura e na sociedade organizada (instituições, e sociedade políticos civil) neste período, sobretudo relação em à crise que atualmente enfrentamos?

É muito difícil fazer esse cotejo, até porque o juiz é uma pessoa – homem ou mulher – extraída da sociedade. Se existe uma contaminação do terreno ético, todos são atingidos. A crise brasileira atual é uma crise ética. A falta de ética gera todas as nefastas consequências que o Brasil, aparentemente, não sabe mais controlar. Mas a



única matéria-prima de que o País se ressente é, justamente, a ética.

Excelência Vossa experimentou várias facetas do Direito, em sua vida profissional: foi promotor, magistrado, professor, eadministrador. Se desconsiderar por um momento a valorização do peso do cargo ou função, qual atividade foi mais "saborosa", mais gratificante?

Atender às partes como promotor de Ouvir Justiça. seus reclamos, aconselhar, ter paciência e tolerância. Ninguém quer ouvir o outro. E as pessoas têm carência de alguém que ouça suas decepções, angústias e sofrimentos. Mas gosto muito de escrever e de ler, o que existe em todas as experiências vivenciadas nestes últimos 42 anos.

Valeu a pena ser presidente do TJSP? mensagem Que senhor deixa aos magistrados paulistas e funcionários?

Valeu muito a pena. Gostaria ter feito mais. Mas Digitalização 100% me deixou muito satisfeito, assim como o carinho recebido em inúmeras oportunidades. Meus colegas foram parceiros nessa jornada e a eles desejo renovem a cada dia o entusiasmo de solucionadores não institucionalizadores de problemas. Reduzir, ao menos em parte, a carga de sofrimento que recai sobre todas as pessoas que procuram o Judiciário, é algo que gratifica e compensa

as mazelas que sempre existem Presidência é tamanho, em qualquer atividade se exerça. não tive tempo de Os funcionários têm todo o

meu respeito e fiz por eles o que se mostrou viável num ano que comecou preocupante, continuou dramático e chega a final como verdadeira tragédia. Mantenham a esperança Justiça reconstruam Família Forense, belíssima tradição que o gigantismo torna cada dia mais rara.

O que José Renato Nalini fará em 2016?

Ainda não sei. O ritmo na

que pensar no "day after".

E depois dos 75 anos, já que poderá ficar na Magistratura até essa idade?

Se tiver saúde, fazer aquilo de que mais gosto: ler e escrever. Se possível, curtir mais os netos. Continuar a plantar, que o mundo está cinza e triste porque não sabemos cuidar do ambiente. A Terra já se cansou de pedir socorro... Já começou a se vingar! E quem sofre mais é o pobre, a criança, o idoso. Precisamos ter mais juízo!





Justiça SP | 41







Justiça SP – Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com periodicidade trimestral

Corpo Diretivo

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior Juiz Assessor da Presidência – Ricardo Felício Scaff

Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

Corpo Editorial

Rosangela Sanches Maria Cecília Abatti Souza Cruz Liene Dias Vicente Alexandre de Lima Marcusso Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico

Editor

Dicler Rodrigues Antonio

Reportagem

Dicler Rodrigues Antonio

Erorci Santana

Liene Dias Vicente

Fotografia

Antonio Carlos Carreta

Daniel Gaiciner

Gedeão Dias da Silva

Ricardo Braga Lou

Editoração Gráfica

Daniel Gaiciner

Dicler Rodrigues Antonio

Mario Cesar Silva

Revisão

Denis Cassettari

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Presidente

Desembargador José Renato Nalini

Vice-Presidente

Desembargador Eros Piceli

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Decano

Desembargador José Damião Pinheiro Machado Cogan

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Artur Marques da Silva Filho

Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Mair Anafe

Apoio técnico

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Entrevista presidente José Renato Nalini (Dicler Antonio e Rosângela Sanches); Fotos: Capa (Antonio Carreta); Economia e modernização, Inovação e Valçorização do funcionário e da memória do TJSP (Antonio Carreta); Seção Imagens (Antonio Carreta e Gedeão Dias da Silva); matérias: *Justiça 100% digital* (www.cnj.jus.br), *Fale que eu te escuto* (www.wallpaper. com.br), *A saga dos Takayama* (www.ultradownloads.com.br, www.wrecksite.eu e www.imagineiro.com.br); ilustração matéria URPD, justiça remota e eficaz (Mário César Silva)

Produzida por:

Secretaria da Presidência

Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPr 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefone: (11) 3117-2588 - imprensatj@tjsp.jus.br